

Renovadas articulações entre os circuitos da economia urbana através das finanças: especificidades de Buenos Aires e São Paulo

Villy Creuz

✉ villy.creuz@gmail.com

Resumo

A partir da dinâmica e expansão do circuito superior da economia urbana em direção aos atores do circuito superior marginal e inferior, novos nexos são travados e relações de subordinação são reforçadas. Observa-se o aumento da participação financeira entre micro e pequenos atores, com baixos graus de capitalização, tecnologia e capital. A capilaridade do circuito superior nos territórios nacionais se manifesta por meio dos correspondentes bancários (correios, casas lotéricas – Brasil - e a incorporação da prestação de serviços bancários em micro e pequenos comércios, por meio da Rapipago e Pago Fácil – Argentina). O artigo, num primeiro momento, faz um breve percurso sobre a preocupação da interface entre geografia e economia, passando, posteriormente, a alguns atributos da esfera financeira e, por fim, trata sobre novas situações empíricas nas cidades de Buenos Aires (Argentina) e São Paulo (Brasil).

* * *

PALAVRAS-CHAVE: circuitos da economia, finanças, cidades, técnica, globalização.

Introdução

Em meados dos anos 1960, estudos ligados à chamada Geografia Econômica eram desenvolvidos a partir de certos enfoques: localização de atividades e seus respectivos centros produtores, natureza das riquezas e do valor e a maneira pela qual eram determinados preços e forças definidoras de remunerações. Em geral, foi escassa a contribuição pelas relações entre preços, demanda e oferta.

No rol de autores desse período, Michael Chisholm (1966, pp. 21-22) elabora a necessidade em fazer “uma análise teórica da localização (...). Não obstante, o transporte é considerado um *input* (fator de produção), mas nunca se inclui como um *output* (produto)”. Dentro desse contexto de ideias, o autor assinala que caberia aos geógrafos trabalhos “em torno da forma e estrutura das sociedades urbanas, e em torno das esferas de influência urbana” (CHISHOLM, 1966, p. 27). Estaria presente aí, desse modo, a noção com a qual se aproximaria a vida urbana, em seu processo, mais a consolidação (em germe) decorrente de atividades financeiras, ligadas ao chamado setor terciário e quaternário na formação de cidades; uma ideia implícita, embora já latente.

O pensamento geográfico estava em meio às questões econômicas, e, por isso, teorias de localização, formas e estruturas urbanas, evidenciavam aos geógrafos como profissionais indicados à compreensão total das causas e “da natureza das inter-relações entre fenômenos em um lugar determinado” (CHISHOLM, 1966, 32).

Entre os economistas, sensíveis ao peso das determinações das localizações, Hoover (1963, p. 19), pondera que esse dado é “importante, porque o homem, não é apenas um animal produtor, mas também consumidor”. Ao considerar o mapa locacional, o autor entende que esta última está, em grande medida, relacionada a maneira com a qual indivíduos e empresas se relacionam. O acesso ao mercado é, em grande medida, relacionado aos fatores de produção (venda ou troca de insumos à empresa, mão de obra, transporte e vias de acesso, rede de comunicação e energia etc.), localização dos concorrentes e volume da demanda.

A relevância dos estudos geográficos nesse contexto é, em grande parte, pela preocupação aos níveis de consumo e formas de produção: “a maior parte de nosso conhecimento sobre geografia econômica concerne à geografia da produção” (MCCARTHY; LINDBERG, 1966, p. 15).

O geógrafo Albert Demangeon (1956, p. 35), ao apreender o processo de acumulação de riquezas, afirma:

o crescimento inconsiderado e geral da produção cria uma plethora de

bens e, precisamente, neste excesso de riqueza (...) vê-se surgir a miséria e a pobreza. Este paradoxo da economia moderna (...) se estendeu ao mundo inteiro. E, sem dúvida, pela primeira vez na história, todos os países da terra sofrem juntos; nunca antes se havia sentido de uma maneira tão violenta a solidariedade que une às Nações e que tende a fazer do mundo um só e grande mercado.

Considerar a totalidade dos atores inclui pensar, também, a totalidade do sistema econômico, enquanto modo de acesso à leitura do movimento do espaço geográfico. O que compreende, entre outros, abarcar “quadros jurídicos (direito público e direito privado) da atividade econômica e seu quadro geográfico, as formas desta atividade, os procedimentos técnicos utilizados, seus modos de organização e, por último, um fator psicológico, a unidade dominante que anima aos agentes da produção” (LAJUGIE, 1993 [1957], p. 6). Preocupações pela multiplicidade dos fatores de localização, distribuição, renda da população, cálculo do consumo, escala de produção e distribuição, oferta e demanda, e, recursos materiais, foram por muito tempo a ocupação central das análises dos geógrafos que pensavam os fatores econômicos.

O economista François Perroux, no livro *A industrialização do Século XX*, escreve:

A produção é, em si mesma, essencialmente uma transformação de objetos materiais que se tornam úteis ou mais úteis. Em uma função de produção, escrevem-se as variáveis: capital e trabalho; já menos, a inovação. O trabalho é um esforço penoso que tende à utilidade; o capital, um conjunto de bens indiretos submetidos a um plano de utilização. A inovação reduz os custos do produto corrente e entrega um produto novo (novo absolutamente e de uma qualidade nova). Já bastante tarde o economista descobre que as inovações de produção estão imersas em inovações de organização (*organizational innovations*) que colocam em jogo os equilíbrios sociais (PERROUX, 1964, p. 124).

A grande transformação, no atual período, aconteceu sob o pilar organizacional das empresas, autorizadas pelas tecnologias de transmissão da informação e uma mais complexa repartição de funções e tarefas. Daí a ideia de que “a sociedade moderna se caracteriza pela burocratização e por uma divisão do trabalho extremamente desenvolvida” (ETZIONI, 1967, p. 148). Essa mudança estrutural da organização dos atores foi acompanhada, igualmente, pela remodelação normativa nas formações socioespaciais.

O problema dos equilíbrios sociais que Perroux aponta, evidencia leituras e objetivos comuns entre geógrafos e economistas. O mercado, consumo, estruturas e

formas urbanas, condições de produção, demandas e ofertas convertem-se em problemas sociais transpassados por disciplinas diversas a partir dos mesmos materiais empíricos.

Polanyi (2011 [1957], p. 118) assegura que antes de nossa época

os mercados não foram jamais outra coisa que acessórios da econômica. Pela regra geral, o sistema econômico ficava absorvido no sistema social e, qualquer que fosse o princípio de comportamento que predominava na economia, a presença do padrão dos mercados resultava compatível com o sistema social.

O problema reside, hoje, na extrema artificialidade da economia de mercado. Essa deriva do fato de que o próprio processo de produção se tornou organizado mediante a forma da compra e venda. De sorte que, em uma sociedade comercial, escreve Polanyi (2011 [1957], p. 124), “não se pode organizar a produção para o mercado em nenhuma outra forma”. O peso das relações sociais de produção deve ser pensado a partir da escassez humana manifesta no sentido da produção do valor econômico. Este último “assegura a utilidade dos bens produzidos; deve existir antes da decisão de produzi-los; é um arranjo fixo da divisão do trabalho. Sua fonte é a necessidade e a escassez humana” (POLANYI, 2011 [1957], p. 319).

Nesse sentido, os meios para explicar os conteúdos do território atravessam a explicação do seu uso pelos atores (SANTOS, 1996). A novidade do atual momento histórico é que a lógica de produção das riquezas, discursos, objetos e ações são, agora, tornados globais. “As novas bases técnicas e as novas bases econômicas criam condições materiais e políticas de uma ampliação do contexto que interessa primordialmente às atividades mais importantes” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 294).

Por meio de técnicas que autorizam a ação, através da instalação de sistemas de engenharia capazes de criar uma comunicação planetária, diferentes rincões do planeta acolhem lógicas financeiras exógenas às formações socioespaciais.

María Laura Silveira (2007, p. 5) indaga que o fenômeno da “tecnociência, informação e finanças são os motores da divisão territorial do trabalho hegemônica, rosto mais concreto da globalização”. Parafrazeando a autora, cultivou-se a confusão entre mercado global e lógica individual empresarial, porquanto ressaltar-se-ia certo status autônomo da esfera financeira. Nesse movimento, o processo mascara a ação política de um punhado de agentes cuja maior preocupação reside no aumento da mais-valia e na produção de convicções sociais que justifiquem ações coletivas de caráter individualista (SILVEIRA, 2009, p. 6).

A busca pela mais-valia universal, concomitante à unicidade das técnicas e à convergência dos momentos (SANTOS, 1996) contribuiu à ampliação do processo de internacionalização do fenômeno financeiro. Como tudo se mundializa, isto é, a “produção, o produto, o dinheiro, o crédito, a dívida, o consumo, a política e a cultura” (SANTOS, 1996, p. 163), nomeamos globalização ao conjunto de coisas que se retroalimentam e dão forma ao período.

Nesse sentido, a mais-valia universal, tornada possível pela globalização, desvirtua a concentração de poder em uma quantidade cada vez mais diminuta de atores. Esse fenômeno é descrito por Jacques Attali (1981), no livro *‘Les trois mondes’*, como a passagem de um regime de regulação concorrencial para um regime de regulação monopolista. Chesnais (1996, p. 36), por sua vez, fala-nos sobre a oligopolização em nível global, ou “oligopólio mundial”. Para outro autor, Harvey (2005, p. 100), a partir do grande alargamento na década de 1990, “os mercados financeiros passaram por uma forte onda de inovação e desregulação internacionalmente, e, além de se tornarem instrumentos bem mais importantes de coordenação, ofereciam meios de obtenção e concentração de riqueza”.

Esse entrosamento do sistema deu-se em função de condições políticas e técnicas (o que inclui técnicas da ação, como a produção de informação e convicções em toda sociedade) adequadas à circulação de capitais internacionais.

A esfera financeira se converte em ponto cardeal absoluto sobre atividades econômicas internacionais. Essas possibilidades técnicas e políticas instalam condições propícias ao comando dos agentes hegemônicos, não apenas relativas à economia, mas sobre diversas outras instâncias da sociedade, inclusive o território (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 185).

Impactos do Sistema Financeiro

A esfera financeira engloba o conjunto de atores do circuito superior da economia (SANTOS, 1979), que no território brasileiro e estabelecem novas dinâmicas. O Estado encabeça papel fundamental ao criar condições normativas convidativas. Como afirma Contel (2006, p. 193), “governos nacionais são convidados a alterar os conteúdos normativos de seus territórios (...) construídos ao longo de décadas de esforço de planejamento”. A reforma financeira brasileira de 1964, por meio da lei n. 4.595, assinalou a abertura de um processo intenso de fusões bancárias.

Foram 162 incorporações e 23 fusões entre 1966 e 1972. A partir de 1990, a autorização, por parte do poder público, do ingresso e da participação acionária de 24 bancos estrangeiros renova as

estratégias de concentração de capitais. É o caso do banco inglês HSBC, que administra o Bamerindus, do Santander, que comprou o Banco Geral de Comércio, o Banco Noroeste e o Bozzano Simonsen, e do Banco Bilbao Viscaya com o Excel Econômico (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 187).

De acordo com Bernardes (2001, p. 70), o processo de concentração de poder e, dialeticamente, dispersão dos arranjos organizacionais dos agentes hegemônicos em escala mundial configura o

arranjo político de cunho neoliberal dos últimos vinte anos, associado às novas tecnologias da informação, impõe a abertura dos mercados financeiros nacionais e produziu um espaço mundial reticulado. As redes mundiais implicam uma maior mobilidade dos fatores e repercutem diretamente em extrema concentração econômica e geográfica. Apenas alguns pontos (...) e apenas algumas cidades selecionadas (...) se destacam como centros de controle deste fluxo globalizado de capitais. Alargam-se os contextos da globalização e, contraditoriamente, fragmenta-se o espaço e a sociedade.

Arroyo (1999, p. 22) explica que o sistema financeiro apresenta três atributos: especulação, instabilidade e volatilidade. Nessa dinâmica, solidariedades orgânicas tendem a ser perdidas em detrimento das solidariedades organizacionais, às quais, por sua vez, a sociedade se aproxima através de rígidas relações, o que inclui relações interpessoais: uma vez que a existência de lógicas de mercado impõe comportamentos adequados à competição.

Devemos reforçar de que não é o mercado em si quem determina o destino da Nação, mas uma porção de agentes do circuito superior da economia. Cada empresa tende a encarnar seu próprio princípio de ação à busca crescente de mais-valia: “a política agora é feita no mercado. Só que esse mercado global não existe como ator, mas como ideologia, um símbolo. Os atores são as empresas globais, que não têm preocupações éticas, nem finalistas” (SANTOS, 2000, p. 67).

Sobre o sistema financeiro e sua dinâmica, Silveira (2009, p. 9) alerta: “a finança paira sobre o território e o instrumentaliza. Perde-se o conhecimento sobre a identidade e intencionalidade dos atores hegemônicos” e, decorrente desse processo, não há atores responsáveis. Por isso, aloja-se uma psicosfera na qual a crença de que o mundo, tal como é, isto é, perverso, não poderia ser transformado, uma vez que a situação presente é resultado de uma ordem natural e estável das coisas.

As verticalidades do período tendem a ser acirradas, a partir da difusão de

um sistema técnico que autoriza criar em áreas, antes periféricas, racionalidades do circuito superior, inclusive, em parcelas pobres da sociedade por meio de atividades pertencentes ao circuito inferior da economia urbana.

O consumo é fator de possibilidades de circulação (bens, mercadorias, pessoas, dinheiro), e de difusão das inovações (não circunscritas estritamente as tecnologias, mas, também, ao modo de pensar e agir sobre as coisas, na produção de significações, símbolos e identidades).

A ampliação do consumo no Brasil relativiza a concepção de pobreza, impondo novos enunciados. “Cria-se e recria-se uma pobreza relativa, que leva a classificar os indivíduos pela sua capacidade de consumir, e pela forma como o fazem” (SANTOS, 2000, p. 71). Como nos diz Silveira (2009b, p. 67), “se no discurso, é considerada como fato indesejável, na prática, a pobreza é necessária ao funcionamento de um sistema governado por nexos financeiros”.

Dentro desse sistema, os maiores beneficiados são empresas que conseguem substituir, a partir do capital financeiro, o capital bancário e o capital comercial. É por meio das vendas de bens de consumo como roupas, materiais de construção, móveis e eletrodomésticos, seguros pessoais, residenciais e odontológicos, assim como a concessão de empréstimos pessoais orientados a satisfazer e a criar demandas em classes sociais, antes, vinculadas ao circuito inferior da economia (SILVEIRA, 2009b, p. 66-68) que se amplia a participação do circuito hegemônico nas parcelas vulneráveis da sociedade.

A abundância de pessoas em classes com mais baixa renda emerge como mercado altamente rentável, uma vez que são portadores de demandas não satisfeitas. A expansão e o aumento da ação dos agentes do circuito superior da economia para outras camadas e segmentos da sociedade revelam a voracidade do mercado em que nada pode se deixar intocado.

Novos agentes e serviços financeiros: Rapipago e Pago Fácil (Buenos Aires - Argentina); Casas Lotéricas e Correios (São Paulo - Brasil)

As duas variáveis-chave da globalização são a informação e as finanças. Em cidades de serviços — lembremos a gênese da urbanização terciária latino-americana — mediados por esse par atual, reforça-se a subordinação dos atores do circuito inferior em relação aos atores do circuito superior da economia.

Tal como nos assinala Silveira (2011, p. 15), “longe de ser resultado de dinâmicas compartimentadas dos fatores de produção, revela a inter-relação no processo produtivo por meio das infraestruturas, provedores, intermediários,

propaganda, clientes, normas e finanças”. De sorte que haveria que se levar em conta duas perspectivas concomitantes:

de um lado, a forma em que o território nacional é usado hoje e como foi usado no passado, ou seja, a formação social, incluindo a divisão territorial do trabalho e o processo de urbanização do país e, de outro lado, entender como a cidade se organiza, como o meio construído abriga atividades, como cada ator encontra seu lugar nesse mercado, na divisão territorial do trabalho na cidade. Não é apenas um problema da escala de análise, mas e, sobretudo, um problema de apreensão dos nexos (SILVEIRA, 2011b, p. 2-3).

A urbanização, no movimento de sua vida de relações que responde ao ininterrupto processo de totalização, é resultado da estruturação da divisão social e territorial do trabalho. Para Negrósov (1975, p. 7), “todos os elementos das forças produtivas encontram-se em estreita inter-relação. Não se desenvolvem somente no tempo, mas também no espaço”. Nesse sentido, a divisão territorial do trabalho revela-se enquanto um processo contínuo e dinâmico.

O tecido urbano¹ tende a ser mais complexo nas grandes cidades e nas metrópoles, uma vez que a divisão de funções e tarefas é mais ampla e exige maior cooperação entre atores à reprodução do sistema urbano.

Se micro e pequenas atividades, pequenas lojas e comércios de bairro, indivíduos com baixo poder aquisitivo e todas demais manifestações de trabalho com baixos graus de capital, organização e tecnologia são, nesse novo contexto e situação, mediados através da prestação de serviços de grandes grupos e empresas ligadas às finanças significaria, portanto, a instalação da tendência à subordinação do mercado dos mais fracos em relação aos atores com maior poder.

Nessa dinâmica global, possível graças aos objetos técnicos de que trata Simondon (2007)², e que se reproduzem a partir de sistemas de engenharia (satélites, cabos de fibra ótica, telefonia, usinas nucleares e hidroelétricas, cabos de transmissão de energia etc.) sem os quais esses objetos não poderiam executar suas funções, o acontecer solidário (SANTOS, 1996) ganha expressão mais acentuada.

Em especial, o motor único (SANTOS, 1996; 2000), no qual a mais-valia

1 Nas palavras de Silveira (2005, p. 148), “o tecido urbano é reflexo de uma realidade econômica e social (...) é fundamentalmente, o trabalho morto na cidade, cujo papel é, não obstante, dinâmico, porque é portador de uma inércia dinâmica, produtor de situações, autoriza fluxos, participa nas relações, impõe condicionamentos socioeconômicos”.

2 “O objeto técnico existe, então, como tipo específico obtido ao término de uma série convergente. Esta série vai do modo abstrato ao modo concreto: tende para um estado que faria do ser técnico um sistema inteiramente coerente consigo mesmo, inteiramente unificado” (SIMONDON, 2007, p. 45).

global é levada a cabo a partir da expansão planetária do circuito superior em diversas formações sociais pode, nesse momento, cristalizar sua ação. Entre outros vetores, a hegemonia da circulação (CHESNEAUX, 1983), é também um fenômeno produto e produtor dessa totalidade do diabo (SANTOS, 2003 [1979], p. 187), já que os lugares se interconectam, a permitir fluidez do capital e de mercadorias. O “fato notável é que daí por diante foi possível dirigir a ação exclusivamente às formas e não mais necessariamente formas e estrutura juntas” (SANTOS, 2003 [1979], p. 189).

Nessa dinâmica, o uso do território se converte em um uso corporativo do território (SANTOS; SILVEIRA, 2001). Uma das manifestações desse fenômeno tornar-se-ia evidente por meio da política de empresas que transformam cidades em nós de circulação financeira.

Não obstante, pequenos atores se organizam na órbita de ações hegemônicas. As diferentes densidades de tecnologia, capital e organização fomenta a produção de um mosaico urbano de formas, funções e estruturas no processo urbano. A cooperação entre diferentes tipos de atores é conflitiva e interdependente e, entre firmas micro e pequenas, geralmente, aloja-se uma relação de subordinação frente às corporações e grupos econômicos.

É determinante nesse jogo de poder entre instituições, empresas e indivíduos a capacidade de gerar vetores de modernização. Estes moldam a organização das empresas e também o arranjo da distribuição do capital no território. Ao concentrar capital, empresas, grupos e instituições do circuito superior da economia renovam o comando sobre circuitos espaciais de produção, em diferentes ramos de firmas. Os instrumentos financeiros e os agentes que os controlam são ainda mais centrais, pois determinam formas de pré-produção, produção, distribuição e consumo.

Os escassos excedentes produzidos pelos atores do circuito inferior tendem a ser drenados por novos instrumentos, personificados por meio de bancos e financeiras. A inserção dos agentes do circuito inferior e superior marginal (indivíduos e empresas) revela a capilarização e expansão do circuito hegemônico, possível graças às unicidades: motor único — mais-valia global, convergência dos momentos e unicidade técnica (SANTOS, 1996). As três unicidades constituem a base triangular da globalização.

Não há exclusão dos atores do circuito inferior e superior marginal na dinâmica financeira, ao contrário: há tendência a participação ativa desses agentes, a partir da aquisição de crédito destinado ao consumo, ao pagamento de dívidas com taxas elevadas de juros e a necessidade de liquidez financeira em algumas

praças bancárias, em especial na Argentina.

Essa relação também acontece ao incluir micro e pequenas empresas prestadoras de serviços de recebimento de contas usuais, como água, energia, condomínios etc.

A especialização do circuito superior funcionando através de micro e pequenas empresas de sua porção marginal, fortalece a capacidade de macro-organizar o território e capilarizar, ainda mais, o alcance no território nacional do capital hegemônico.

A multiplicidade de atores sociais vivendo nas duas cidades, Buenos Aires, com cerca de 2.890.151 habitantes³, e, São Paulo, com 11.821.873 habitantes⁴, faz de ambos lugares amplos meios construídos e, também, grandes tramas de divisões sociais e territoriais do trabalho.

As duas cidades se voltam, em suas respectivas formações socioespaciais, em centros de comando econômico⁵, com forte presença de instituições e firmas do circuito superior. O setor quaternário, produtor e usuário de informações e finanças, está centralizado nessas duas cidades mundiais⁶.

A divisão do trabalho conhece, tanto na Argentina quanto no Brasil, uma centralização do comando a partir de pontos dos territórios nacionais, desde onde organizam suas produções. Cada ramo de firma tende a disseminar topologias próprias, embora os centros de decisão e comando estejam localizados nessas duas grandes cidades.

É a partir desses pontos que o sistema financeiro concentra funções, embora integre por meio de cadeias de comércio, bancos e casas de crédito todo o sistema produtivo nacional. O consumo figura como emoliente da práxis urbana, expandindo a influência do circuito superior em direção aos agentes do circuito inferior. Nesse sentido, Milton Santos (2002 [1979], p. 264), afirma que “o crédito intervém como uma variável do consumo em ambos circuitos”. O crédito institucional destinado ao consumo, torna-se uma variável ascendente nos estudos

3 Disponível *online*: http://www.indec.gov.ar/principal.asp?id_tema=163; acesso em 10/4/2014.

4 População estimada em 2013, segundo dados IBGE, disponíveis *online*: cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=355030&search=sao-paulo|sao-paulo. Acesso em 10/4/2014.

5 Para o caso da cidade de São Paulo, Bernardes (2001), considera que esta é o lugar sede da produção e do controle da nova onda de modernizações que organiza o território nacional. A presença de empresas de consultoria dá o caráter técnico e organizacional dos agentes em todo território nacional, centralizando o comando e as respectivas soluções.

6 Segundo Mattos (2010, p. 87) “cinco cidades latino-americanas (Ciudad de México, São Paulo no grupo das cidades beta, e, Caracas, Santiago e Buenos Aires no grupo gama) foram consideradas como parte do conjunto de cidades mundiais”.

da economia política.

O custo da liquidez⁷ ao pagamento de contas de luz, água, gás e serviços diversos é um vetor importante a ser considerado ao apreender a maneira pela qual populações urbanas com baixo poder aquisitivo se ajustam ao aumento da oferta de bens e serviços, em harmonia ao ritmo do aumento da oferta de crédito. O pagamento em espécie resulta em uma menor margem de manobra na organização do orçamento das famílias com menores rendimentos.

O círculo do endividamento das famílias tende a crescer nessa dinâmica. Concomitantemente, surge a necessidade de crédito para o consumo de serviços básicos. Nesse sentido, na medida em que a dinâmica urbana é comandada pela variável financeira e informacional, todos os estratos de população participam, ainda que com inserções díspares.

Nesse sentido que se observa transformações estruturais quantos aos serviços prestados pelo sistema bancário⁸. Os correspondentes bancários⁹ incluem, segundo o Banco Central do Brasil¹⁰ (BCB), agências dos correios (Banco Postal), supermercados e hipermercados, casas lotéricas (ligadas à Caixa Econômica Federal) e outros tipos de estabelecimentos comerciais.

Os correspondentes bancários são responsáveis pela maior capilaridade do sistema financeiro em quase todos os 5.665 municípios do território nacional. Isso significa dizer que quase todo país possui fixos geográficos que permitem a fluidez de informações e serviços financeiros. Segundo dados do BCB, já no ano de 2003, haviam mais 30 mil correspondentes bancários espalhados pelo Brasil.

Os dados da tabela a seguir referem-se a quantidade de pontos de acesso aos serviços financeiros no estado e no municípios de São Paulo; incluem também dados gerais do Brasil. Esse conjunto de dados, de 2010, foi sistematizado a partir de um programa feito pelo BCB denominado Inclusão Financeira, com apoio do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e Ministério do Trabalho (MTE).

7 “Para se entender o problema do crédito é necessário ter-se uma definição de liquidez, que é um conceito econômico derivado da física. Se imaginarmos diferentes substâncias, variando desde o sólido até o líquido, é claro que quanto mais líquida for uma substância, mais facilmente ela muda de forma, porque ela toma a forma do continente: do copo, garrafa, vaso etc., em que a colocam. Esta ideia de liquidez é aplicada aos valores. Há valores mais líquidos ou menos líquidos conforme a facilidade que seus possuidores encontram em mudar sua forma” (SINGER, 2010, p. 103).

8 Segundo Dias (2009, p. 10), “a lógica das finanças foi marcada praticamente em todos os campos da vida social, ou seja, uma financeirização que não resulta apenas da ação dos tradicionais capitais bancários”.

9 Contel (2006, 2011) trata sobre a topologia do sistema bancário brasileiro, o que inclui correspondentes bancários.

10 <<http://www.bcb.gov.br/?SPBINST>> acesso em 14/4/2014.

**Dados sobre inclusão financeira do Banco Central do Brasil - canais de acesso
no Estado de SP, município de São Paulo e Brasil — 2010**

| UF | Município* | AGÊNCIA | CORRESP | PAB | PAA | PAE | PAC | COOP | SCMEPP | PAM |
|--|-------------------|---------------|----------------|--------------|--------------|---------------|--------------|--------------|-----------|-----------|
| São Paulo | Todo estado de SP | 6.633 | 38.929 | 2.461 | 105 | 10.498 | 324 | 297 | 12 | 1 |
| SP | São Paulo | 2.449 | 10.001 | 726 | 0 | 3.340 | 22 | 85 | 9 | 0 |
| Total Geral Postos Acesso no Brasil | | 19.830 | 151.958 | 6.684 | 1.907 | 34.975 | 3.036 | 1.388 | 45 | 12 |

Fonte: Banco Central do Brasil (BCB), com edição própria sobre dados mais relevantes.
<<http://www.bcb.gov.br>>; Acesso em 10/04/2014.

Os dados das colunas, na segunda linha se referem ao município de São Paulo, em 2010, e correspondem, respectivamente, ao número de agências bancárias (2.449); correspondentes bancários (10.001); Postos de Atendimento bancário – PAB (726); Posto Avançado de Atendimento – PAA (0); Posto de Atendimento Bancário Eletrônico – PAE (3.340); Posto de Atendimento Cooperativo – PAC (22); Cooperativas de Crédito – COOP (85); Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte – SCMEPP (9); e finalmente, Ponto de Atendimento de Microcrédito – PAM (0).

Doravante há, no Brasil, uma preocupação para incluir atores sociais no sistema bancário e no sistema de crédito produtivo, sobretudo, no que toca aos microempreendedores individuais. Estar à margem do sistema financeiro e bancário é tido como uma ausência de cidadania por parte do Executivo nacional. Daí nasce o fomento a essas formas de capilarização em todo território nacional do sistema financeiro e bancário com papel ativo do Estado.

Dentre os correspondentes bancários, as casas lotéricas possuem horário de atendimento mais amplo (8h às 18h) do que o da rede bancária (10h às 16h). Recebe-se nas casas lotéricas o pagamento de tributos municipais, estaduais e federais, contas de concessionárias públicas (água, energia e telefonia), boletos de cobranças bancárias, recarga de bilhete único (transporte municipal em São Paulo) e recarga de telefones pré-pagos. Pode-se, do mesmo modo, consultar o saldo de contas da Caixa Econômica Federal, saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), saldo do Programa de Integração Social (PIS) e saldo de aplicações, via Caixa Econômica Federal. Torna-se possível, para clientes desde último, fazer depósitos em contas correntes e poupança, bem como saques.

Em 2013, a presidente Dilma Rousseff sancionou, em 16 de outubro, a Lei nº 12.869 que discorre sobre os serviços das casas lotéricas e a remuneração do permissionário lotérico. Nessa lei ficou regulada que a Caixa Econômica federal é a única responsável pelos serviços lotéricos, podendo exercer serviços extras, como serviços bancários e a possibilidade de venda de produtos conveniados. O prazo de vigência das permissões passa a ser de 20 anos e cabe à Caixa Econômica Federal a seleção dos permissionários, por meio de licitação. Segundo o Planalto¹¹, existem mais de doze mil (12.000) casas lotéricas em todo Brasil que empregam cerca de sessenta mil (60.000) pessoas.

Já sobre outro correspondente bancário, os correios, atua a partir da prestação de serviços bancários e financeiros, através do chamado Banco Postal. Este surge na segunda metade do século XIX, com o então denominado 'Bancos Postais'.

A Organização das Nações Unidas (ONU) e o Banco Mundial têm incentivado a instalação desses fixos nos territórios para garantir a inclusão da população de baixa renda à esfera bancária e financeira. Esse serviço, hoje no Brasil, é regulado pelo Banco Central (BCB), a partir das Resoluções 3954/2011, 3959/2011, 4035/2011 e 4042/2011 do Conselho Monetário Nacional, e pelo Ministério das Comunicações, nos termos da Portaria 588/2000.

De acordo com os dados dos correios¹², o Banco Postal está em 94% dos 5665 municípios do país, por meio de mais de seis mil (6.000) agências dos correios. Os correios prestam os serviços de Banco Postal em parceria com instituições financeiras escolhidas através de processo seletivo. A primeira parceria criada foi com o Banco Bradesco, por um período de dez anos. Nesse intervalo criaram-se onze milhões de contas. No ano de 2011, para prestar o serviço de correspondente bancário, realizou-se novo processo, no qual o Banco do Brasil foi vencedor. Dentre os serviços bancários desse correspondente bancário, Banco Postal, estão: abertura de conta corrente/poupança do Banco do Brasil, empréstimos, cartão de crédito, pagamento do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, recebimento de contas, títulos e tributos.

Na cidade de São Paulo, em 2014, existem 100 Bancos Postais, de um total de 256 agências dos correios. Para cada Banco Postal, no município de São Paulo, existem 2,56 agências do correio. Os bancos postais estão em diversos bairros da cidade, mas destaca-se a proporção entre agências dos correios que são também

11 <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2013/10/aprovada-lei-que-regulamenta-funcionamento-de-lotericas>; 10/4/2014.

12 <http://www.correios.com.br/bancoPostal/historiaBancoPostal.cfm>; 8/4/2014.

bancos postais nos seguintes bairros: Água Branca, Brás, Centro, Cerqueira César, Consolação, Indianópolis, Ipiranga, Jardim Paulista, Mirandópolis, Mooca, Penha de Franca, Pinheiros, República, Santo Amaro, Vila Carrão e Vila Mariana.

É certo que esses novos agentes criam novas articulações entre os atores do circuito superior e do circuito inferior, reforçando laços de subordinação dos agentes menos organizados, capitalizados e com baixos graus de organização em relação aos atores hegemônicos.

Na situação argentina, em especial Buenos Aires, redes como Rapipago e Pago Fácil se expandem¹³ a partir de funções semelhantes aos correspondentes bancários brasileiros. Tais empresas entronizam em suas funções o manejo do fluxo monetário, desde o pagamento do consumidor final, reingressando ao sistema bancário e financeiro em direção aos prestadores de serviços¹⁴.

A empresa Rapipago é um canal de cobrança “extrabancário”, cobrando faturas de serviços públicos, serviços privados e pagamentos de tributos. A empresa ganha capilaridade no território argentino através de centros de telefonia, comércios, supermercados e estações de serviço (os chamados *kioscos* e *locutorios*). Possui mais de 3000 sucursais em todo país.

Essa empresa intermedia, enquanto canal de cobrança, cerca de 1800 prestadores de serviços aos consumidores finais. Configura-se, como um agente intermediário no processo de circulação monetária na Argentina. A rede é controlada em sociedade anônima pela GIRE S.A. Entre os principais acionistas estão os bancos Santander Río, Grupo Citi e HSBC.

Nas sucursais da Rapipago são realizadas cobranças de diversos tipos de serviços, dentre os quais:

13 Ao considerar a conformação do sistema financeiro e bancário argentino, Allan Cibils e Cecilia Alammi (2009, p. 124), afirmam que “pode-se concluir que a concentração do negócio bancário argentino, não apenas aconteceu em redução absoluta do número de instituições financeiras, mas também produziu uma concentração no interior do sistema financeiro, ao menos durante a década 1997 a 2008”.

14 O sistema financeiro “ganha duas vezes, pois dispõe de um dinheiro social nos bancos e lucra emprestando, como próprio, esse dinheiro social para o consumo. Eis um dos caminhos da financeirização da sociedade e do território. É um movimento de concentração e dispersão” (SANTOS; SILVEIRA, 2000, p. 195).

**Tipos de serviços que podem ser faturados na Rapipago e Pago Fácil -
Argentina - 2014**

| | |
|---|-----------------------------|
| 1. Adm. de Condomínios | 12. Segurança e Monitoração |
| 2. Montadoras e Planos de Poupança | 13. Seguros |
| 3. Clubes | 14. Serviços de Gás |
| 4. Colégios, Institutos e Universidades | 15. Serviços de Internet |
| 5. Cooperativas | 16. Serviços de Água |
| 6. Cosméticos | 17. Serviços de Luz |
| 7. Financeiras e Bancos | 18. Serviços de TV à cabo |
| 8. Seguro de Saúde | 19. Cartões de Crédito |
| 9. Impostos Nacionais | 20. Telefonia Celular |
| 10. Impostos Provinciais | 21. Telefonia Fixa |
| 11. Impostos Municipais | 22. Turismo |

Elaboração própria.

A Rapipago possui horários de funcionamento mais amplo que o sistema bancário, o que inclui além disso, em alguns casos (determinados pelo proprietário comercial), finais de semana. A relação de vizinhança e de troca de informações pessoais entre agentes que operacionalizam as funções da Rapipago (comércios em geral, em especial kioscos e locutorios) com os clientes, ganha destaque.

Em razão desses agentes serem parte do cotidiano dos bairros, e, amiúde, de que muitos já existiam antes da prestação desse tipo de serviço, os vínculos de confiança, e também, a paciência ao atendimento de cidadãos em idade avançada, reforçam a procura por essa presteza. Não seria abusivo frisar, igualmente, de que o uso desses serviços acaba por perpassar diversas classes de renda e perfis de consumo.

Os agentes, micro e pequenas empresas, recebem uma porcentagem de cerca de 1% para cada operação realizada. Não existem sindicatos, nem regras com normas de trabalho. A questão da segurança da gestão do dinheiro, possibilidades de assaltos e o pagamento de seguros permanece uma informação não revelada nas entrevistas então feitas.

O pagamento de tributos ao Estado argentino à Administración Federal de Ingresos Públicos – AFIP, semelhante à Secretaria da Receita Federal subordinada ao Ministério da Fazenda brasileiro, é realizado através de agentes via sistema da

Rapipago e Pago Fácil. Doravante, há diversos instrutivos no sítio de cada uma dessas empresas para esse tipo de faturação.

A Pago Fácil, em 2013, foi adquirida pela estadunidense Western Union – empresa de remessas monetárias internacional. Surge daí mais uma associação entre grandes empresas: a marca Carrefour (Argentina) passou a integrar formas de arrecadação de dinheiro em espécie via operação Pago Fácil-Western Union.

As lojas com o logo Pago Fácil estão agora localizadas também nesses hipermercados¹⁵, com a possibilidade de envios nacionais e internacionais. Segundo relatos de pessoas que trabalham nos caixas dessa rede, havia problemas para receber o pagamento de contas, já que o dinheiro do Carrefour se misturava ao dinheiro das empresas prestadoras de serviços. Isso impunha aos funcionários do Carrefour maior uso de tempo para separar as notas faturadas em cada caixa. A partir da entrada da Pago Fácil-Western Union, apenas “um ‘box’” passa a receber faturas e os caixas ficam livres para clientes do mercado.

A Western Union Company (NYSE: WU) é líder de serviços em pagamentos no planeta. O conjunto das marcas Vigo, Orlandi Valuta, Pago Fácil e Western Union Business Solutions envia e recebe cifras ao redor do globo, e, realiza operações de pagamento. São cerca de 510.000 pontos espalhados em 200 países. Apenas no ano de 2012, a Western Union Company realizou 231 milhões de transações e colocou em circulação 79 bilhões de dólares.

No Brasil, a Western Union atua através do Banco do Brasil, com correspondentes bancários espalhados no território nacional que funcionam como centros de envios de remessas.

A associação entre esses grupos de empresas e a capilaridade nos territórios nacionais é possível porque existe uma técnica contemporânea que permite a comunicação entre diversos atores. O sistema técnico atual autoriza a concentração e centralização do controle do dinheiro, ainda que, aparentemente, descentralizado ou disperso. O território se torna mais poroso, porque as tecnologias do sistema técnico da globalização criam vasos comunicantes mais fluídos, ao aumentar a velocidade da transmissão de informações em tempo real¹⁶.

15 As lojas do *Carrefour express* na cidade de Buenos Aires (pequenas lojas que aparentam comércios de bairro) não dispõem do serviço da Pago Fácil-Western Union: apenas os hipermercados da rede.

16 A ideia de tempo real é outra grande transformação da globalização: todo tempo é real na medida em que tempo é mediação da duração entre a sucessão ininterrupta de instantes, como nos convida a ponderar Bachelard (2007, p. 77). Todo tempo é também subjetivo, porque ao falar de tempo nos referimos ao tempo social, em deixar de incorporar a materialidade física do ator e de sua consciência sobre seu entorno. A noção de empiricização do tempo o torna material: “É a partir do computador que a noção de tempo real, um dos motores fundamentais de nossa era, torna-se historicamente operante. Graças, exatamente, à construção técnica e social desse tempo real é que

O sistema técnico contemporâneo possibilita reforçar a concentração de poder entre os agentes hegemônicos. Novos eventos acontecem no território e criam situações de usos corporativos, disfarçados através de negócios de bairro e próximos ao cotidiano e à contiguidade dos atores sociais nos lugares. Não porque tornam-se horizontais, mas porque se tornam onipresentes. Nesse sentido é que a concentração com ar de dispersão ganha efetividade e manifesta-se por meio da aparência de desconcentração e horizontalidade, quando, na verdade, é apenas um sintoma da verdadeira manifestação de relações verticais.

Considerações Finais

O conteúdo do espaço geográfico pode ser lido por meio das formas de organização e da repartição do trabalho entre homens em sociedade. As superpostas divisões do trabalho, as coerências de cada ramo de firma e as variáveis do período que encadeiam as ações de instituições, empresas e indivíduos reiteram a pertinência em olhar o uso do território pelas lentes da economia política e da economia espacial.

Antigas preocupações voltam a ser centro do debate atual de ideias: o peso da localização entre fatores de decisões de grupos empresariais, distribuição de serviços e distribuição de produtos financeiros retornam à pauta da agenda geográfica.

As articulações entre os dois circuitos da economia, dentro do grande sistema urbano contemporâneo, indicam novas situações geográficas, nas quais os nexos entre ambos circuitos são acentuados. Micro e pequenas empresas passam a oferecer serviços dos atores hegemônicos. Esse fenômeno é resultado do grau de articulação entre agentes com diferentes formas de inserção na economia urbana de grandes cidades.

Em paralelo, a participação do Estado atua criando normas que aceleram a possibilidade de concentração de capital em alguns atores. Além disso, o

vivemos uma instantaneidade percebida, uma simultaneidade dos instantes, uma convergência dos momentos. O computador, produto do tempo real criado no laboratório, ao mesmo tempo produz o tempo real das instituições e empresas multinacionais. Trabalhada primeiro nos laboratórios universitários para fins militares, a descoberta do *whirewird* é depois assumida pela economia, para se tornar uma das bases de operação das multinacionais da produção e, sobretudo, das multinacionais financeiras” (SANTOS, 1996, p. 148). Decorre daí a força da categoria evento, enquanto “tempo possível realizando-se em um lugar real (...). A técnica (forma) permite empiricizar o tempo porque seu conteúdo (evento) é um conteúdo de tempo, o tempo dos objetos sobre o qual opera o tempo das ações. Em virtude de sua realidade empírica, as técnicas permitem periodizar, porque são representativas de épocas históricas e revelam uma forma de trabalhar, de dividir e de distribuir o trabalho. Tempo e espaço deixam de ser categorias *a priori* para se tornarem conceitos historicamente datados” (SILVEIRA, 2013, p. 22).

pagamento de tributos municipais, estaduais/provinciais e nacionais passou a integrar formas de liquidez do dinheiro, por meio de atores como banco postais, supermercados, Rapipago e Pago Fácil. Manifestação presente, por meio de atores e nuances distintas, nas duas formações socioespaciais: Argentina e Brasil.

Nosso trabalho é a tentativa de contribuir ao debate geográfico que considere novas manifestações dos atuais fenômenos espaciais. Estes, certamente, incluem processos de urbanização à luz das variáveis-força do período: finanças e informação.

A questão da localização segue como importante variável à produção, distribuição e consumo. Todavia, a localização ganha novos significados com a técnica contemporânea, quando atores globais se capilarizam em diversos pontos dos territórios nacionais, mediados pela ação de micro e pequenos agentes. De sorte que a noção de unicidade técnica, convergência dos momentos e motor único (Santos, 1996) se sobressai nos estudos da geografia, ao pensar a relação com economia, processos urbanos e ação de atores sociais em diversos níveis de poder, organização, tecnologia e capital.

Referências

- ARROYO, Mônica. “A vulnerabilidade dos territórios nacionais Latino americanos: o papel das finanças”. In: *Questões territoriais na América Latina*. Lemos, A. I. G.; Silveira, M.L.; Arroyo, M., Clasco. 2006.
- ATTALI, Jacques. *Les trois mondes*. Pour une théorie de l' après-crise. Librairie Arthème Fayard, Paris, 1981.
- BACHELARD, Gaston. *A intuição do instante*. Trad. Antonio de Padua Danesi. Campinas: Verus editora, 2007.
- BAUDRILLARD, Jean. *O sistema dos objetos*. Editora Perspectiva, São Paulo, 2009.
- BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline & CHABOT, Georges. *Tratado de Geografía Urbana*. Editorial Vicens-Vives, Barcelona, 1970.
- BERNARDES, Adriana. A Presença do Velho e do Novo na Cidade de São Paulo. O Caso das pequenas e médias indústrias não hegemônicas. In: *Revista Experimental*, n.1. p. 13-20, julho, 1996.
- BERNARDES, Adriana. *A contemporaneidade de São Paulo: produção de informações e novo uso do território brasileiro*. Tese de Doutorado, Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2001.
- BECKER, O.M.S. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo C.da C.; CORRÊA, R. (Org.). *Explorações geográficas: percursos no fim do século*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- CASTORIADIS, Cornelius. *Les Carrefours du Labyrinthe*. Seuil, Paris, 1978.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã. 1996
- CHESNEAUX, Jean. *Du passé faisons table rase? A propos de l' histoire et des historiens*. Maspero, Paris, 1976.
- CIBILS, Alan y ALLAMI, Cecilia. El sistema financiero argentino. Desde la reforma de 1977 hasta la actualidad. *Realidad Económica*. N° 249. 2010. p. 107-133. [En línea]: <http://www.iade.org.ar/uploads/c87bbfe5-c4fb-16f7.pdf> .Acceso: 25 de octubre de 2010.
- CHISHOLM, Michael. *Geografía y Economía*. Trad. Antonio Casahuga Vinardell. Oikos-Tau, Barcelona, 1966.
- CONTEL, Fabio Betioli. *Território e Finanças: técnicas, normas e topologias bancárias no Brasil*. Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 2006.
- DEMANGEON, Albert. *Problemas de Geografía Humana*. Trad. Rocío de Terán. Ediciones Omega, Barcelona, 1956.

- DE MATTOS, Carlos. Globalización y metamorfosis metropolitana en América Latina. De la ciudad a lo urbano generalizado. *Revista de Geografía Norte Grande*, 47: 81-104, 2010.
- DIAS, Leila. "Redes eletrônicas e novas dinâmicas do território brasileiro". In CASTRO, Iná Elis de [et al.]. *Brasil. Questões atuais de Reorganização do Território*. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 1996. Pp. 115-144.
- DIAS, Leila. "Hegemonia financeira e geografia das redes bancárias". In SILVESTRE, Edu [org.]. *Que País é Esse? Pensando o Brasil Contemporâneo*. São Paulo. Editora Globo. 2005. Pp. 27-62.
- DIAS, Leila. Finanças, política e território. *Cadernos CRH* (UFBA). Vol. 22. 2009. p. 9-13
- DIAS, L. y LENZI, M. "Reorganização espacial de redes bancárias no Brasil: processos adaptativos e inovadores". *Cadernos CRH*, v. 22, n° 55. 2009, p. 97-117.
- ELIAS, Denise. Globalização e fragmentação do espaço agrícola do Brasil. *Scripta Nova*, agosto de 2006.
- ETZIONI, Amitai. *Organizações Modernas*. Enio Matheos Guazzelli & Cia. Ltda. São Paulo, 1967.
- GAUDIN, Thierry. *Economia Cognitiva: uma introdução*. Trad. Paulo Anthero S. Barbosa. São Paulo: Beca Produções Culturais Ltda., 1999.
- HOOVER, Edgar. *Economía Geográfica*. Fondo de cultura económica. Pánuco, 1963.
- LACOSTE, Yves. *Geografía do Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: 1975
- LAJUGIE, Joseph. *Los Sistemas Económicos*. Trad. Ida Deschamps de Guerrero. Eudeba S.E.M. 1993.
- LOJKINE, Jean. *A Revolução Informacional*. Trad. José Paulo Neto. São Paulo; Cortez, 1995
- MCCARTY, Harold H. & LINDBERG, James B. *Introducción a la Geografía Económica*. Fondo de cultura económica, México D.F., 1970.
- NEKRÁSOV, Nikolai Nikolaevich. *Organización territorial de la economía en URSS*. Progreso, 1975.
- SANTOS, Milton. *Manual de geografia urbana*. São Paulo: Edusp, [1981] 2008.
- SANTOS, Milton. *Técnica, Espaço, Tempo*. Globalização e Meio Técnico-Científico-Informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço*. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, Milton. *Por Uma Outra Globalização*. Do Pensamento Único à Consciência Universal. Rio de Janeiro, Record, 2000.
- SANTOS, Milton. *O Espaço Dividido*. São Paulo: Edusp, 2º ed, 2004 [1979].
- SANTOS, Milton e SILVEIRA, María Laura. *O Brasil: território e sociedade no início de século XXI*. Rio de Janeiro, Record, 2001.
- SILVEIRA, María Laura. "Globalización y Circuitos de la Economía Urbana en Ciudades Brasileñas" In *Cuadernos del CENDES* ano 21, n. 57, 2004.
- SILVEIRA, María Laura. *Crises e Paradoxos da Cidade Contemporânea: os Circuitos da Economia Urbana*, 2007.
- SILVEIRA, María Laura. "Finanças, consumo e circuitos da economia urbana na cidade de São Paulo", in *Caderno CRH*, Salvador, v. 22, nº 55, p. 65-76, jan/abr, 2009.
- SILVEIRA, María Laura. Espacio banal y diversidad: más allá de las demandas del príncipe. *Huellas* nº 13, 2009ª.
- SILVEIRA, María Laura. Urbanización Latino Americana y Circuitos de la Economía Urbana. In: *Revista Geográfica de América Central*, nº especial. II semestre de 2011, Costa Rica, 2011.
- SILVEIRA, María Laura. Ciudades Latinoamericanas: resistir los espectros, enfrentar las paradojas. *Congreso Latinoamericano de Estudios Urbanos*, 2011b.
- SILVEIRA, María Laura. Tiempo y espacio em geografia: dilemas y reflexiones. *Revista de Geografía Norte Grande*, v. 54: 9-29, 2013.
- SIMONDON, Gilbert. *El modo de existencia de los objetos técnicos*. Buenos Aires: Prometeo Livros, 2007.
- SINGER, Paul. *Curso de Introdução à Economia Política*. 17ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- PARSERISAS, Derlis. *Los circuitos de la economía urbana y el sistema financiero de crédito en Olavarría*. Tesis de Licenciatura en Geografía. Facultad de Ciencias Humanas. Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires. Directora: María Laura Silveira. 2011. 98 pp.
- PERROUX, François. *La industrialización del siglo XX: sancimonismo del siglo XX y creación colectiva*. Trad. Ricardo Anaya. Eudeba, Buenos Aires, 1964.
- POLANYI, Karl. *La gran transformación: los orígenes políticos y económicos de nuestro tiempo*. Buenos Aires, Fondo de cultura económica, 2011.

Sobre o autor

Villy Creuz: geógrafo, mestre em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP), doutorando em Geografia pela Universidade de Buenos Aires (UBA).

* * *

ABSTRACT

Renewed articulations between urban economics circuits through financials: specificities of Buenos Aires and Sao Paulo

The dynamics and the expansion of the upper circuit urban economics towards the actors from the marginal upper and inferior circuit led to new links and reinforced subordination relations. It is possible to notice growing financials spheres between micro and small business with low profiles of technology and capital. The upper urban economic circuit capillarity on national territories happens through correspondent banking (mail companies and lottery – in Brazil – and the small businesses that use bank services, like Rapipago and Pago Fácil – in Argentina). This article initially addresses the concern about the interface between Geography and the Economics Science, moving thereafter to some attributes of financial sphere. Ultimately, it discusses the new empirical situations in Buenos Aires (Argentina) and São Paulo (Brazil).

KEYWORDS: economics circuits, financial, cities, technic, globalization.

RESUMEN

Articulaciones renovadas entre los circuitos de la economía urbana a través de las finanzas: especificidades de Buenos Aires y San Pablo

A partir de la dinámica y la expansión del circuito superior de la economía urbana en los actores del circuito superior marginal e inferior, surgen nuevas articulaciones y las relaciones de subordinación ganan fuerza. Se nota el aumento de la participación en las finanzas de micro y pequeños actores (detenedores de bajos grados de organización, capital y tecnología). El circuito superior se propaga en los territorios nacionales por medio de “correspondientes bancarios” (coreos, loterías – Brasil - , e incorporación de prestación de servicios bancarios en pequeñas tiendas y comercios a través de Rapipago y Pago Fácil – Argentina). En la primera del artículo señalamos la interface entre geografía y economía. En la segunda parte se aborda las características de la esfera financiera. Y en la última parte planteamos nuevas situaciones empíricas en las ciudades de Buenos Aires (Argentina) y San Pablo (Brasil).

PALABRAS CLAVE: circuitos de la economía, finanzas, ciudades, técnica, globalización.

 **BCG:** <http://agbcampinas.com.br/bcg>